

AS DIRETRIZES CURRICULARES EM EDH E O PPP DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE LIMOEIRO/PE: UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO

Autora: Dra. Zélia Maria Melo de Lima Santos – *Faculdade Luso Brasileira – FALUB – zeliammelo@hotmail.com*

RESUMO:

A Educação em Direitos Humanos deve ser entendida como um caminho facilitador para a concretização de um projeto político pedagógico em que todos os membros da comunidade escolar sejam sujeitos a essa ação. Essa educação deve permitir a percepção integral do contexto em que está inserida em suas várias dimensões como a ética, a social, a econômica, a cultural e a ambiental. Além disso, o processo deve ser articulado de forma transversal, onde o educando seja participe do processo em todos os momentos, seja na construção e aplicação do conhecimento, no enfrentamento de situações críticas, propondo soluções e tendo autonomia para superá-las. A Educação em Direitos Humanos concebe uma escola viva e dinâmica com práticas educacionais que estimulem a participação de toda comunidade escolar com legitimidade desses processos participativos. Para tanto, os projetos curriculares podem trazer concepções com a tríplice finalidade da educação para os direitos humanos e para a paz, que é a informação, a formação e a transformação. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa que objetiva perceber se existem garantias de ações em Educação em Direitos Humanos no Projeto Político Pedagógico da Escola. Os dados coletados na pesquisa demonstram que a Escola é uma Unidade de Ensino onde prevalece uma gestão democrática e cidadã, favorecendo a presença de elementos de Educação em Direitos Humanos no Projeto Político Pedagógico da referida Escola.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares em EDH, Projeto Político Pedagógico, escola viva e participativa, educação de qualidade.

INTRODUÇÃO

Direitos Humanos são aqueles que o indivíduo possui simplesmente por ser uma pessoa humana, por sua importância de existir. Tem direito à vida, à família, a alimentação, à educação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual e ao meio ambiente sadio, entre tantos mais.

Todavia, para os Direitos Humanos atingirem patamar de norma, foi necessário um processo histórico, político e social.

Atualmente assistimos a um mundo cheio de disparidades onde a busca desenfreada pelo poder e a coisificação das pessoas estão em bastante evidencia.

A cultura e a Educação em Direitos Humanos configuram-se como possibilidades para transformação da realidade.

A educação é um instrumento importantíssimo para que o indivíduo possa reconhecer-se como agente ativo na modificação da mentalidade do grupo social ao qual pertence e assim tornar-se protagonista na construção de uma sociedade mais justa.

A Educação em direitos Humanos (EDH), enquanto uma proposta de políticas públicas assumiu um papel de maior ênfase com a instituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e posteriormente com a elaboração e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2003, como resposta a uma exigência da ONU (Organização das Nações Unidas) no âmbito da década das Nações Unidas para a Educação em direitos Humanos (1995-2004).

Esse Plano é um instrumento orientador e fomentador de ações educativas no âmbito da Educação em Direitos Humanos com o propósito de nortear a formação de sujeitos de direitos, voltados para os reais compromissos sociais.

Para que haja uma consolidação da Educação em Direitos Humanos torna-se necessária a participação dos profissionais do ensino, da sociedade civil e dos representantes políticos.

Necessário se faz um trabalho articulado entre as políticas públicas em Direitos Humanos e os projetos das escolas visando fortalecer a formação humana plena, em todas as suas dimensões. Para tanto, é essencial que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico (PPP) como um instrumento de trabalho capaz de assegurar uma educação com qualidade além do comprometimento com os direitos humanos, tendo em vista a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Objetiva-se, no entanto, perceber se existe a presença de elementos de Educação em Direitos Humanos no PPP da referida Escola.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

Uma compreensão histórica de direitos humanos traz como eixo principal e óbvio o reconhecimento do direito à vida, sem o qual todos os demais direitos perdem o sentido.

Direitos humanos são fundamentais porque são indispensáveis para a vida com dignidade. Quando insistimos nessa questão da dignidade, muitas vezes esbarramos numa certa incompreensão, como se o termo fosse indefinível e tratasse de algo extremamente abstrato em relação à concretude do ser humano.

Os direitos humanos são *naturais* e *universais*, pois estão profundamente ligados à essência do ser humano, independentemente de qualquer ato normativo, e valem para todos ; são interdependentes e indivisíveis, pois não podemos separá-los, aceitando apenas os direitos individuais, ou só os sociais, ou só os de defesa ambiental.

Hoje, por exemplo, reconhecemos que existe consciência universal de que a escravidão, seja por que motivo for, é uma violação radical dos direitos humanos, assim como a exploração do trabalho infantil, a dominação sobre as mulheres, as formas variadas de racismo e de discriminação por motivos religiosos, políticos, étnicos, sexuais etc.

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO

A Rede Pública Escolar do Estado de Pernambuco inicia o trabalho com EDH com uma coletânea de Cadernos Temáticos elaborados pela Secretaria de Educação com o objetivo de oferecer mais subsídios para o trabalho pedagógico do professor(a).

Foi construído a partir do princípio norteador da política educacional do Estado, a Educação em Direitos Humanos e a necessidade de transversalizar esta temática em todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e Médio, bem como das diversas modalidades de ensino.

O Caderno considera o Plano de Governo do Estado de Pernambuco que entende como um de seus eixos estruturadores uma educação de qualidade para todos, que promova, dentre outras coisas, a formação de seus professores e gestores para a difusão dos conteúdos de formação cidadã. Assim, esse material didático propõe a articulação de diversos conteúdos e temas referentes aos Direitos Humanos e à cidadania, a partir de jornadas pedagógicas, sequências didáticas e sugestões de atividades suplementares.

É importante que o professor(a) perceba que o Caderno apresenta sugestões para a prática pedagógica, mas não esgota as possibilidades do professor para a construção de outras atividades ou possíveis práticas didáticas referentes aos conteúdos de Direitos Humanos.

Os eixos temáticos apresentados neste Caderno configuram-se como algumas proposições metodológicas que não limitam a atuação do docente no tocante ao trato dos Direitos Humanos e Cidadania, permitindo a possibilidade, inclusive, de acréscimos de outras temáticas, conteúdos, bem como adaptações metodológicas consoantes às especificidades educacionais de cada escola.

O Caderno divide-se em 8 eixos temáticos e apresenta conteúdos dos diversos componentes curriculares que potencialmente estimulam a transversalidade da Educação em Direitos Humanos. Os eixos temáticos são: Eixo temático 1: Enfrentamento da pobreza e da fome; Eixo temático 2: Promoção da igualdade entre gêneros e diversidade sexual; Eixo temático 3: Garantia da sustentabilidade socioambiental; Eixo temático 4: Reconhecimento e garantia da preservação do patrimônio material e imaterial da humanidade; Eixo temático 5: O direito à terra como condição de vida; Eixo temático 6: Prática pedagógica e as relações étnico-raciais na sociedade brasileira; Eixo temático 7: Garantia do bem estar físico, emocional e social; Eixo temático 8: Os tempos humanos e as garantias dos direitos.

Por fim, o Caderno dispõe de dois textos anexos para orientação complementar. O primeiro texto apresenta conteúdos que norteiam o trabalho da Educação em Direitos Humanos na condição de Componente Curricular e que, por sua vez, podem contribuir com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Biologia, etc. O segundo texto traz uma discussão sobre a temática do gênero e do enfrentamento ao machismo, possibilitando maior aprofundamento das discussões realizadas no Eixo Temático 2.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DAS GARANTIAS DE UM TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDH.

A construção de um ambiente escolar que proporciona simultaneamente conhecimento, respeito, valorização positiva e promoção dos Direitos Humanos (DH) se dá mediante a formulação de um projeto pensado, discutido e orientado para tais fins. Neste sentido, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) são elementos centrais à consolidação da EDH nas escolas, na medida em que são projetos coletivos que expressam simultaneamente o que a escola é e aquilo que ela pretende ser.

O Projeto Político Pedagógico é político porque forma para a cidadania tendo por referência princípios, valores e práticas democráticas. Além disso, todo projeto desta natureza implica em escolhas sobre o que será ensinado, como será, em quais contextos e como se fará a avaliação. Entendendo o currículo como tudo aquilo que ocupa o tempo escolar (SACRISTAN; GOMÉZ, 2000, p. 184) podemos afirmar que as opções sobre aquilo que fará parte do currículo e aquilo que ficará de fora são decisões políticas, na medida em que expressam uma concepção de sociedade, educação, participação social e a escolha de conteúdos que materializarão estas concepções.

A formulação de um PPP envolve uma reflexão coletiva e o questionamento crucial sobre os conteúdos escolhidos para integrar o currículo. Envolve, também, a consciência e coerência em relação às opções que faz e às metas pretendidas. As metas que guiam os projetos não são definidas aleatoriamente pelos indivíduos, o que significa que não é qualquer meta que vale a pena ser perseguida, senão aquelas que têm importância para a comunidade escolar; a definição de metas, portanto, se efetiva sempre face a um cenário de valores e esses são sócio históricos e culturalmente situados. Dito de outra forma, o currículo é um reflexo

dos valores e anseios da sociedade em uma determinada época e contexto.

Pode-se, portanto, afirmar que um Projeto Político Pedagógico compreende os conteúdos curriculares, as metodologias e o próprio modo de organizar a vida escolar. Assim sendo, não nega o instituído na escola, mas o confronta com a realidade e as novas exigências sociais, adotando novos horizontes. (GADOTTI, 1994, p. 67).

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa e para atender aos objetivos deste estudo, foi analisado o PPP de uma escola da rede pública estadual da cidade de Limoeiro/PE.

Buscou-se perceber se existem garantias de ações em Educação em Direitos Humanos no projeto político pedagógico da referida unidade escolar. Além disso, utilizou-se como referência ações recomendadas pelos principais documentos que norteiam a Educação em Direitos Humanos no país como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006); Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010); Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012); Orientações Pedagógicas para a Educação em Direitos Humanos – Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (Secretaria de Educação, 2012); Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Estadual (2017).

Foram propostos seis âmbitos de análise que levam em conta simultaneamente elementos centrais do PPP e que se relacionam ao desenvolvimento da EDH, a saber: comunidade interna e externa; princípios e concepções de educação; currículo; participação democrática; formação docente e avaliação. Cada um dos âmbitos visa identificar se elementos relacionados à EDH estão ausentes, se são apenas mencionados ou se destacam de maneira propositiva, por meio de ações planejadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos PPP permite a aproximação entre teorias, documentos-referência e a realidade e prática da escolas . Com isso, foi possível identificar os elementos presentes no PPP como também detectar quais os âmbitos pesquisados estão mais próximos ou mais distantes de uma educação orientada por princípios da Educação em Direitos Humanos.

Para tanto, destacamos esses âmbitos da seguinte forma: **Escola e comunidade interna, Princípios e concepções de educação, Currículo, Participação Democrática, Formação Docente e Avaliação.**

Escola e comunidade interna e externa mostra que a EDH tem como um de seus pressupostos a problematização da realidade a partir dos Direitos Humanos.

Para tanto conhecer a realidade local da instituição é um passo importante na implementação de projetos voltados a este tipo de educação. Por outro lado, conhecer a realidade interna também é imprescindível, uma vez que o direito à aprendizagem deve ser promovido entre todos/as os/as estudantes.

A relação da escola e família no PPP desta escola está centrada na colaboração de forma efetiva com o processo de educar. As responsabilidades são compartilhadas e não transferidas, pois quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais.

A comunidade onde a escola está inserida, demonstra respeito pelo espaço escolar, além da coautoria nas responsabilidades e proteção do bem público, a partir da utilização de suas dependências para o dinamismo, progresso e crescimento comunitário.

Princípios e concepções de educação aponta que um PPP deve contemplar os princípios que direcionam suas práticas educacionais. Adotar a EDH como uma diretriz que conduz a vida escolar significa explicitar princípios e valores que contemplem a diversidade dos estudantes e seus direitos.

A Escola tem como função principal respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias, além do propósito em fortalecer neles a postura humana e os valores aprendidos: a criticidade, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, a esperança.

Está compreendida como espaço dinâmico de saberes, local de diálogo, busca permanente de sintonia com nossos tempos, atenta as mudanças e renovações, como também impulsionada pelas necessidades educacionais da realidade e dos desafios que o novo modelo de ensino apresenta, não podendo se eximir de seu compromisso com os projetos que buscam a melhoria da educação.

Apresenta no PPP sugestões e diretrizes, as quais depois de configuradas as necessidades elementares para as chamadas mudanças no processo educacional, possam ser colocadas em prática na tentativa de minimizar os problemas detectados que interferem no bom andamento da prática pedagógica.

Para isso, se faz necessário o compromisso e a responsabilidade de todos aqueles que, de forma direta ou indireta, estão ligados ao âmbito escolar.

O Projeto Político Pedagógico visa a ousadia de seus agentes em assumir seu papel e em dar sua parcela de contribuição pelo bem comum da comunidade escolar e, deste modo, formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

O Currículo é uma das partes de um PPP e refere-se à apresentação de uma estrutura de ações pedagógicas, ou seja, devem estar definidos os conteúdos e a metodologia de ensino. A EDH coloca o ser humano como central a todos os processos, assim, metodologias que atribuem ao estudante um papel ativo em processos de aprendizagem são coerentes com este tipo de educação, além de conteúdos que promovam a reflexão sobre a diversidade que caracteriza nossa sociedade.

O currículo na Escola incube-se de toda ação que promova oportunidades de aprendizagem, visando concretizar a missão e atingir os objetivos desta instituição. No âmbito escolar, esta unidade de ensino, adota o Currículo Mínimo e Matriz Curricular determinados pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco englobando os seguintes aspectos: a formação integral do educando, o desenvolvimento de competências, a flexibilidade, abertura ao novo, ao imprevisto, com visão sistêmica e diálogo permanente, o desenvolvimento da consciência ecológica e ética planetária, o autoconhecimento e o tratamento construtivo dos sentimentos, a reflexão sobre as implicações da globalização na cultura, na comunicação e na economia, e a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

A Participação Democrática indica que o PPP não seja apenas uma carta de boas intenções, ele deve criar uma sinergia entre os membros da comunidade escolar, isso significa criar possibilidades para a participação democrática e atuar na consolidação de um ambiente pautado pelo diálogo, respeito e discussões coletivas de temas que envolvem toda a comunidade escolar. Ao mesmo tempo, EDH e democracia são interdependentes, pois a garantia de direitos de todos significa reconhecer, respeitar e dar voz aos diferentes grupos que integram a sociedade.

Todavia, este processo viabiliza o desenvolvimento de competências através do conjunto de ações que levam a escola à eficácia e à qualidade de suas políticas educacionais. Partindo dos pressupostos instituídos nesta proposta, a gestão escolar se compromete: com o fortalecimento das condições de auto sustentabilidade e de destaque no meio educacional, buscando gerenciar com empreendedorismo, paciência e persistência, perseguindo ideais e visões estratégicas, no estímulo à produção de ideias novas para o avanço escolar.

Valoriza também a iniciativa e autonomia das pessoas envolvidas na e pela escola, incentivando-as a criatividade e ousadia, na concretização das diretrizes estratégicas da instituição escolar, otimizando a qualidade dos serviços, considerando a compatibilidade receita/despesa e promovendo o trabalho em equipe de forma cooperativa, em proporcionar ações que congreguem a comunidade escolar, promovendo o envolvimento e a participação no processo decisório, possibilitando o envolvimento da família como coparticipante do processo educativo.

Neste pensamento, a escola, através de seu colegiado opta por uma gestão compartilhada, acompanhando de forma sistemática os resultados e buscando desenvolver ações corretivas para a melhoria da qualidade de ensino. Para isso, priorizará as necessidades a partir das sugestões da comunidade escolar, coletando documentações que comprovem a aplicação dos recursos.

A Formação Docente indica a adoção da EDH como uma maneira de conduzir a vida na escola e pressupõe conhecimentos acerca de seus princípios e práticas. Para tanto, tornam-se necessários processos de formação continuada de docentes e funcionários que atuam na escola.

Portanto, o PPP desta Escola descreve bem como esse processo se dá no dia a dia escolar e assim para que se possa concretizar o ideal educativo desta proposta, faz-se necessário que o educador seja: solidário – sensível à realidade do outro e com espírito de partilha, mediador – do processo educativo, desafiando o aluno a desenvolver as competências dos quatro pilares da educação, a saber: a aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, pesquisador – atualizado, estudioso, atento ao avanço da ciência e da tecnologia e que assuma o compromisso pessoal de investir na sua formação permanente, numa busca constante da valorização profissional, inovador – sendo ousado, desafiador, empreendedor e aprendiz, com capacidade para integrar conhecimentos, processos de ensino-aprendizagem, princípios metodológicos disponíveis, considerando o potencial de seus educandos e consciente de sua responsabilidade diante das mudanças, utilizando-se das situações de aprendizagem, trabalhando o Currículo de forma inter e transdisciplinar, reflexivo – que tenha uma ampla visão da educação como preparação para a vida, que utilize na sua prática a ação – reflexão – ação e estimule o aluno a pensar, a identificar e encontrar alternativas de solução para situações-problemas vividas no cotidiano, levando-o a um autogerenciamento de sua própria vida, ativo – que está atento e se antecipa aos problemas, às necessidades e às mudanças, exercitando sua liderança, assumindo com o coletivo da escola a gestão das ações no espaço pedagógico, propiciando situações onde o educando possa exercer sua cidadania através dos conselhos e grêmios estudantis, equilibrado – ponderado nas decisões, sendo bom articulador e que mantenha e favoreça boas relações interpessoais, humilde – valorizando o seu papel junto à comunidade escolar e a importância das

atividades rotineiras para o desenvolvimento do currículo, cultivando o bem comum.

Deve ser ético – que tenha uma postura ética coerente com os valores da proposta da Educação vigente e afetuoso – que tenha como princípio fundamental de seu trabalho “educar com afeto”, respeito e consideração pelo ser em desenvolvimento que lhe foi confiado, se dispondo a ajudá-lo a superar-se continuamente, favorecendo a autoestima, a conquista da autonomia moral e a autoconfiança do seu aluno.

A Avaliação incide sobre a transmissão do conhecimento, relações entre docentes e discentes, interações, métodos, disciplina, expectativas de todos os sujeitos, valorização do indivíduo na sociedade. (SACRISTAN; GOMÉZ, 2000, p. 298). Sua função didática é fornecer elementos para pensar a prática.

Para que a avaliação esteja a serviço do conhecimento ela deve ir além de suas funções classificatórias e buscar métodos e técnicas variadas que considerem a complexidade humana e a importância da auto avaliação e da hetero avaliação para o educando numa perspectiva pautada pelos Direitos Humanos, pois, trata-se de colocar o estudante como centro do processo e reconhecer seus direitos no que tange ao conhecimento dos critérios que serão utilizados para avalia-lo.

Quanto ao PPP da Escola, a avaliação aparece como função diagnóstica e investigativa, sendo um processo contínuo, individual, cumulativo e cooperativo que visa constatar o nível de desenvolvimento alcançado pelo educando em face aos objetivos propostos no Plano de estudos, auxiliar o educando e o educador na reflexão conjunta sobre a realidade e na seleção das formas apropriadas para dar continuidade ao processo de aprendizagem, contribuir para que o aluno desenvolva um nível progressivo de consciência sobre seu modo de ser, pensar e agir, através do processo de auto avaliação.

Por outro lado, com foco em critérios e indicadores de desempenho, através do uso de diferentes instrumentos, a avaliação levará em conta prioritariamente, a aprendizagem do educando, considerando os aspectos qualitativos no que se refere ao nível de compreensão do aluno em relação a uma determinada área do conhecimento e das operações mentais utilizadas na construção do conhecimento, como a formação de hábitos saudáveis, o desenvolvimento de habilidades, as relações inter e intrapessoais, os comportamentos que revelem o domínio das competências básicas para prosseguir os estudos. A Escola tem amplo debate com seu colegiado, decide que o processo de avaliação dar-se-á através da observação e análise durante todo processo, considerando os seguintes elementos: Aspectos qualitativos – através de avaliações realizadas ao longo do período e nos Aspectos quantitativos – registrando os resultados finais de cada unidade didática por meio de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), conforme determinação da normatização escolar vigente na rede estadual de ensino.

Desta forma, cada um dos âmbitos vistos no PPP da referida Escola confirmou que elementos relacionados a EDH se destacam de maneira propositiva, por meio de ações planejadas.

CONCLUSÕES

A análise do PPP desta Escola nos permitiu identificar os aspectos mais valorizados pela Unidade escolar.

A escola têm como um dos seus grandes desafios concretizar os direitos de aprendizagem de seus alunos/as e esta preocupação traduz-se na forma de proposição de ações pedagógicas. O mesmo pode ser afirmado em relação ao enfrentamento à violência, preocupação refletida nas ações dos PPP.

Percebe-se claramente que a questão da formação docente está presente e que vai além de conteúdos conceituais de forma a propor a reflexão sobre valores e atitudes, uma vez que a EDH não trata apenas de conhecimento ou informações a serem transmitidos aos estudantes, trata-se antes de tudo de construir uma cultura que instaure um modo de vida na escola no qual se vivenciem os direitos no dia a dia, de forma viva.

A análise de PPP configura-se como um campo profícuo para a identificação das concepções, valores e ações das escolas. Neste caso, percebemos ações e discursos que destacam a importância de metodologias de ensino e técnicas avaliativas que favorecem a participação ativa dos estudantes e priorizam a aprendizagem.

Conclui-se que há uma concretização dos Direitos Humanos no ambiente escolar, no sentido de construir um ambiente promotor de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2006. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1,

31 de maio de 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC. Conferência nacional de educação para todos. Anais... Brasília, p. 67. 1994.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - **PPP da Escola Pública Estadual** – Limoeiro/PE. 2017.

REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO. **Caderno de Orientações Pedagógicas para a Educação em Direitos Humanos**: Secretaria de Educação; colaboradores Andréa Íris Maciel Cardim ... [et al.]; coordenação pedagógica do caderno Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho ... [et al.]. – Recife : A Secretaria, 160p. : il. 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno; GOMÉZ, A. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 184. 2000.